

## CONSELHO DE CLASSE: UMA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

ALICE MAGALHÃES LEINDECKER<sup>1</sup>  
CARMEN CÉLIA B. CORREIA BASTOS<sup>2</sup>

### RESUMO

A Gestão Democrática prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/1996) em seu artigo 12, inciso VI, estabelece uma nova perspectiva de Planejamento Participativo e possibilita a autonomia das escolas em definir as suas regras democráticas bem como a participação da Comunidade Escolar, por tal razão, merece ser discutida e analisada, pois na prática do fazer pedagógico, uma grande maioria dos envolvidos a desconhece. Logo, este estudo tem a pretensão de fundamentar e investigar o Conselho de Classe como espaço de avaliação coletiva e de gestão democrática. Para isso torna-se primordial a compreensão do funcionamento do Conselho de Classe como instância da avaliação praticada pela escola, promovendo a análise dos objetivos, da organização, funcionamento, articulação, diretrizes, participação, ações decorrentes; contribuições do Conselho de Classe e vinculação entre Conselho de Classe e a concepção de avaliação presente no Projeto Político-Pedagógico, no Regimento Escolar e nas Diretrizes. Entende-se que, gestão democrática visa o envolvimento e comprometimento dos pais, alunos, professores, equipe pedagógica, direção, e as demais instancias colegiadas; para que possam participar coletivamente das tomadas de decisões e contribuir para a busca de melhor qualidade do ensino. Nesse contexto, a Lei por si mesma não garante sua execução na prática, fazendo-se necessário uma nova dinâmica para o Conselho de Classe, que possibilite e assegure participação efetiva de todas as instancias Colegiadas. Procura-se com isso, através dos estudos teóricos e de campo, construir uma nova possibilidade de Conselho de Classe, que tenha como princípio as necessidades da escola, para cumprir com sua função social e avaliativa, na perspectiva de reflexão coletiva da qualidade do trabalho desenvolvido, do sucesso da comunidade escolar, tornando-se uma atuação ativa que contribua para a superação da “função pejorativa” do Conselho de Classe existente nas escolas, eliminando o julgamento e construindo alternativas para sanar as dificuldades encontradas. Consta-se que o Conselho de Classe é um espaço propiciador e fortalecedor do trabalho coletivo, em que a coordenação coletiva assume o papel de reorganizadora do trabalho pedagógico, a partir dos resultados obtidos nas reuniões do Conselho de Classe. O Conselho de Classe Participativo é percebido como oportunidade de reflexão coletiva que auxilia na construção de práticas avaliativas mais democráticas, refletindo o momento de transição pelo qual a avaliação passa, oscilando entre a prática classificatória e a prática formativa.

Palavras-chave: Educação, Participação, Gestão Democrática, Conselho de Classe.

---

<sup>1</sup> Universidade do Oeste do Paraná – *Campus* Cascavel, Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE  
alicemagalhaess@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Dra. Orientadora PDE, UNIOESTE, Campus de Cascavel.

## **ABSTRACT**

Democratic Administration foreseen in the Education Principles and Guidelines Act (LDB Law no. 9394/1996) in its article 12, interruption VI, establishes a new perspective of Participative Planning making possible the autonomy of schools in defining their democratic rules as well as the participation of the School Community. Considering this reason, it deserves to be discussed and analyzed, because a great majority of those ones involved in the pedagogical practice ignores it. So, this study has the pretension of basing and investigating the Class Council as a space of collective evaluation and democratic administration. For that it becomes primordial the understanding of the operation of a Class Council as instance of the evaluation practiced by the school, promoting the analysis of objectives, organization, operation, articulation, guidelines, participation, current actions; contributions of the Class Council and connection between Class Council and conception of present evaluation in the Political-pedagogical Project, in the School Regiment and in its Guidelines. Democratic administration seeks for involvement and commitment of parents, students, teachers, pedagogical team, direction, and other school instances; so they can participate collectively in making decisions and contributing for the search of a better teaching quality. In this context, the law itself doesn't guarantee its, it is necessary a new dynamics for the Class Council, that makes possible and assures effective participation of all the School Instances. Based on theoretical and field studies, it is aimed to build a new possibility of a Class Council, that has as concept the needs of the school, in order to accomplish its social and evaluative function, in the perspective of collective reflection about the developed work quality, the school community's success, being an active performance that contributes for overcoming the "pejorative function" of the Class Council that exists at schools, eliminating the judgment and building alternatives to heal the difficulties. The Class Council is a space that provides and strengthens collective work, where collective coordination assumes the role of pedagogical work organizer, starting from the obtained results in the Class Council meetings. Participative Class Council is noticed as an opportunity of collective reflection that helps the construction of more democratic evaluative practices, reflecting the moment of transition in which the evaluation process goes through, oscillating between classificatory practice and formative practice.

Key-words: Education, Participation, Democratic Administration, Class Council.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa conhecer como os Conselhos de Classe vem sendo desenvolvido nas escolas. Concebe-se que gestão democrática tem o princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as demais dimensões pedagógicas, administrativas, financeiras, exigindo-se ruptura de práticas excludentes, autoritárias de

reprovação e da não permanência do aluno em sala de aula, marginalizando-se assim o próprio fazer pedagógico.

[...] É importante notar que o Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar. (DALBEN, 1995, p.16)

Portanto, em um processo diagnóstico e contínuo do trabalho, questiona-se quanto aos princípios e finalidades do Conselho de Classe que vem sendo desenvolvidos. Serão princípios e finalidades que visam a construção de um fazer pedagógico voltado para a construção de um mundo mais humano, justo, solidário? Ou são princípios individualistas, preconceituosos, excludentes? Quem são os indivíduos envolvidos neste processo educacional e qual o grau de comprometimento com a escola? De que forma os pais, os alunos e as demais Instanciais Colegiadas obtém informações, conhecimentos sobre a real função do Conselho de Classe? Qual é a parcela de responsabilidade destes, na busca de soluções para os problemas encontrados?

Apesar destas questões e de várias outras já terem sido objeto de estudo, sua importância justifica-se na necessidade de um processo de reflexão sobre este momento “Conselho de Classe” que na grande maioria das escolas é visto como um “acerto” de contas; um momento solto, isolado, desvinculado da prática, não sendo respeitado e muito menos praticada a sua real função.

Concebe-se que ser educador é ter a capacidade de acreditar na diferença, questionar, reconstruir e aprender na profissão, na vida. É interligar o nosso projeto de vida com o projeto de vida da escola, pois ambos se completam.

Toda a dinâmica da ação educativa e com maior ênfase, da ação educativa institucionalizada, deriva do projeto ou proposta que anima, impulsiona, organiza e conduz. Valem as instituições educativas pela proposta pedagógica que veiculam e, a que fornecem as condições de realização (...).(MARQUES, 1990: 132-133).

As normas emanadas da política nacional de educação colocam o Conselho de Classe como uma das atividades do processo educativo, devendo ser um critério para a avaliação do trabalho como um todo e não um ato isolado do fazer pedagógico. O Conselho de Classe deve oferecer possibilidades de um juízo sobre a evolução do

processo educativo na pessoa do aluno, através da análise do desenvolvimento de sua aprendizagem.

O Conselho de Classe realizado nas escolas, sempre foi motivo de inquietação, pois somente professores reuniam-se para discutir o processo educativo, como detentores do saber. Dessa forma, havia bastante resistência e descrédito, até mesmo pelos próprios professores que o realizavam. Alguns chegavam a referir-se a este momento, como sendo um momento de catarse, em que se dividiam os problemas e, conseqüentemente, não se encontravam culpados, ou a vítima era sempre o aluno e a família, excluindo-se qualquer responsabilidade ao professor ou à escola.

Neste contexto, os professores atendiam com mais eficiência à dimensão instituída, os alunos ideais, deixando de cumprir seu papel dentro da escola pública, quando teriam a função de atender a todos e a cada um particularmente. Poucos são os professores que conheciam seus alunos e contextualizavam seu modo de vida. Os demais se queixavam que não conseguiam fazê-lo. Para se conseguir uma visão da evolução da aprendizagem e do processo é necessário que, no mínimo, os dois principais envolvidos se façam presentes para, num confronto de idéias, avaliarem com clareza a caminhada e estabelecer a forma de retomá-la. Mas o aluno, na verdade, passa a maior parte do tempo fora da escola, para que tenhamos continuidade, é preciso que os pais sejam conhecedores da situação e participem diretamente na avaliação e na construção de metas para a solução dos problemas encontrados.

É importante a participação das demais Instanciais Colegiadas, não só no momento do Conselho, mas em todas as ações que a escola desenvolve. Assim, é necessário verificar a real validade dos Conselhos de Classe, como forma de redefinir sua elaboração, execução e avaliação. Sob esta perspectiva, o Conselho de Classe da escola acontece através de um trabalho colaborativo entre os sujeitos que compõem o espaço escolar, para que este se transforme em um espaço importante de avaliação constante que deve abranger todos os segmentos da organização escolar (atuação dos professores, equipe pedagógica, administrativa, desempenho docente e discente, envolvimento dos pais, conteúdos, metodologias, recursos...)

O Conselho de Classe, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, demais envolvidos no processo pedagógico situam-se

conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto Político Pedagógico.

Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos. (PENIN, 1992, p.90).

Dentre as funções da escola, cabe desenvolver um processo de inovação. É necessário que compreenda-se a modificação atual através de uma educação reflexiva e participativa, em que a observação, reflexão, ação, possam transformar a estruturação do Conselho de Classe hoje apresentado nas escolas. Neste sentido, para atender à função social, a escola utiliza-se desta modalidade de Conselho de Classe, em que se constatam de forma comum as dificuldades no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, no qual, através do diálogo, as pessoas se auxiliam para agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, visando a alcançar maior sucesso educacional e conseqüente transformação dos envolvidos no processo.

O trabalho educativo tem se mostrado difícil, quando desejamos trabalhar numa perspectiva de transformação. Uma educação voltada para uma ação reflexiva para a educação, destacando o Conselho de Classe Participativo, como estratégia para uma maior qualidade no processo educacional, abrindo-se espaços para que o diálogo em relação à aprendizagem aconteça entre os envolvidos e responsáveis.

De acordo com Dalben:

[...] o conselho de classe, como instancia na organização do trabalho escolar, tem uma razão de ser analisada à luz de suas origens. Tem-se como pressuposto que houve um processo histórico do qual resultou o tipo de relação atual, com base no qual os elementos dessa organização tem-se articulado. Portanto, o repensar a organização do trabalho escolar é condição principal para a análise dos problemas vivenciados no interior da escola, que coletivamente se buscará alternativas para que conduzam ao sucesso do aluno no ensino aprendizagem [...] (DALBEN; 2004 p.21).

Nesse sentido, no âmbito escolar, os Conselhos de Classe são importantes estratégias, busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no

processo ensino aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agirem em conjunto, primando por uma mudança educacional.

Para Sant'Ana (1995: p.87-88):

O Conselho de Classe é a atividade que reúne um grupo de professores da mesma série, visando em conjunto chegar a um conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar o aluno individualmente, através de reuniões periódicas.

A avaliação escolar e os Conselhos de Classe são elementos para a imprescindível mudança na luta pela democratização do espaço escolar. Precisamos de uma escola comprometida com os reais interesses da população, ou seja, que promova seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, o compromisso com a aprendizagem, o respeito às diferenças individuais, fortalecendo a igualdade de direitos e de condições à justiça, à liberdade, ao diálogo e, portanto, à democracia. cremos que uma escola engajada na comunidade oportunizará a formação de um sujeito crítico e consciente para enfrentar os desafios que a vida lhe apresentará, contribuindo para a construção de um novo conhecimento, repensando a prática institucionalizada, com o dever de contribuir para um ensino de qualidade.

A transformação da educação escolar só será realizada por sujeitos auto-reflexivos, esclarecidos e conscientes do seu papel social. Deste modo, refletindo sobre a validade dos atuais Conselhos de Classes, contribuiremos para que esse momento seja transformado, via investigação/dialógica com o objetivo de atender à função social a que se destina a escola.

Os diálogos desencadeados no Conselho de Classe farão com que pais, alunos e professores conheçam a escola, o seu fazer pedagógico e tracem novos caminhos para atingirem seus objetivos.

Paulo Freire nos diz: "*A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo*". ( p.65). Dessa forma, conhecer e avaliar profundamente a prática da escola, a história de vida do aluno, a ética, a política do professor, o comprometimento dos pais, a articulação da equipe diretiva, a metodologia e o currículo, para poder nela investir, torna-se uma exigência para o avanço do projeto de redemocratização de nossa sociedade.

Essa consciência histórica gera compromisso, faz-nos agentes de nossa história. Os educadores que acreditam numa educação transformadora, se comprometem e modificam as estruturas escolares, da qual o Conselho de Classe faz parte.

O Conselho de Classe permite uma compreensão e uma análise crítica da prática pedagógica através de uma concepção participativa e transformadora. Se atualmente revela rotina, repetição, ritualismo, fragmentação, conservadorismo nas relações e práticas pedagógicas/sociais, de forma participativa revelará buscas, questionamentos, atitudes e soluções que surgirão em resposta aos desafios de uma investigação-ação.

Acreditamos que seja possível construir espaços de valorização da diversidade cultural, por meio de um projeto de democratização e inclusão, do diálogo, do reconhecimento dos saberes e dos valores culturais diversificados, que propiciem aos alunos a construção do conhecimento e o fortalecimento de sua cidadania. A desmistificação do Conselho de Classe como “sentença final” e seu resgate para a compreensão dos universos culturais e o aprimoramento do processo ensino aprendizagem certamente representarão um grande passo nessa direção vez que este tem por objetivo avaliar não só o rendimento escolar do aluno como também o processo ensino-aprendizagem como um todo: conteúdos, metodologia, disciplina, organização, gestão escolar, equipe pedagógica, professores, condições de trabalho, material didático.

Este artigo organiza-se na explicitação de um aparato teórico, com enfoque sobre o trabalho escolar e sua organização; gestão democrática e exigência da sociedade atual, o conselho de classe e sua função. Também, na apresentação de uma pesquisa de campo realizada em quatro escolas públicas e privadas, pertencentes ao Núcleo regional de Educação de Cascavel, com intuito de buscar uma prática mais coerente em organização e gestão da avaliação da aprendizagem, analisando a sistemática dos Conselhos de Classe percebendo a gestão da participação no processo avaliativo.

## O TRABALHO ESCOLAR E SUA ORGANIZAÇÃO

Não se pode pensar em trabalho coletivo e superação de práticas individualistas, sem uma sistematização dos conhecimentos práticos e teóricos a respeito da organização do trabalho pedagógico. Tal sistematização só é concretizada por meio da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

O trabalho docente deve ser planejado e desenvolvido em torno de diretrizes pedagógicas comuns; para tanto se deve repensar a organização dos docentes na escola, no sentido de abrir concretamente um espaço de planejamento e contínua reflexão sobre as práticas desenvolvidas, ambas as atividades numa perspectiva coletiva.

O trabalho coletivo que favoreça a discussão, a análise e o questionamento. Todos os envolvidos devem ter a clareza dos objetivos, da intencionalidade da escola. Portanto, não se pode visualizar um projeto político pedagógico como algo pronto, acabado, mas sim, entendê-lo como uma construção que depende de profissionais comprometidos e competentes.

Na construção do Projeto Político Pedagógico, deve-se ter claro o processo de avaliação, pois a avaliação é a categoria do trabalho escolar que inicia e mantém o andamento do projeto político pedagógico; por meio de contínuas revisões de percurso e por oferecer elementos para análise do produto final.

O Projeto Político Pedagógico, segundo Vasconcellos (1995):

[...] é um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, e o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re – significar a ação de todos os agentes da instituição [...] (VASCONCELLOS; 1995 p. 143).

Assim sendo, faz-se necessário superar “certas práticas” de planejamento, em que o professor preenche formulário previamente padronizado e em colunas, onde redige os seus “objetivos”, “conteúdos”, “estratégias” e “avaliação”. Muitas vezes apenas se copiam do plano do ano anterior e entregam a equipe pedagógica, com a sensação de mais uma tarefa cumprida.

Segundo Saviani (1987, p.28) “a palavra reflexão vem do verbo latino *reflectire* que significa “voltar atrás” é, pois um repensar, ou um pensamento um segundo grau

(...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significados”. Entretanto, não é qualquer tipo de reflexão, mas algo articulado, crítico e rigoroso.

Ainda, de acordo com o autor, pode-se afirmar, que o planejamento do ensino é o processo de pensar, de forma “radical”, “rigorosa” e de “conjunto”, os problemas da educação escolar, no processo ensino- aprendizagem.

Diante deste contexto, deve-se ter claro que faz parte da competência teórica do educador, e dos seus compromissos com a democratização do ensino, a tarefa cotidiana de preparar bem suas aulas, o que implica também, ter claro quem é seu aluno, o que se pretende com o conteúdo, que tipo de cidadão deseja formar, como conduz o trabalho em sala de aula. O aluno precisa ir percebendo, sentindo, compreendendo cada aula, como um processo vivido por ele, para que na especificidade da educação escolar, avance, como diz: “ do senso comum à consciência filosófica” (SAVIANI, 1987).

O processo ensino/aprendizagem necessita ir além de discursos, mas vivenciado, como um momento curricular importante, no qual o educador faz a mediação competente e crítica entre os educandos e os conteúdos do ensino, sempre procurando estimular os educandos no seu desenvolvimento da percepção crítica da realidade e de seus problemas; valorizando suas atitudes que indicam tendências às ações que propiciam a superação dos problemas presentes na sociedade.

Segundo Luckesi (2005,p.105) “o ato de planejar é uma atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido.”

Nesse contexto, uma gestão democrática, que favoreça a participação da comunidade escolar, inicia-se na construção do Projeto Político Pedagógico, no qual fica implícito e explícito a intencionalidade, os objetivos, a filosofia que a escola sonha alcançar. É através das ações dos envolvidos que se expressa o compromisso e qualidade do trabalho pedagógico.

É necessário que o gestor garanta a participação das comunidades interna e externa a fim de que assumam o papel de co-responsáveis na construção de um

projeto pedagógico, que almeja além da garantia da qualidade do ensino, a superação do estado de dominação e alienação ainda presentes no interior das escolas.

Segundo Paro (2001):

[...] a verdadeira educação deve ser necessariamente democrática posto que, por seu caráter histórico, supõe a relação entre sujeitos autônomos (cidadãos). Do mesmo modo, sem apropriação da cultura, não há condições para a cidadania, ou seja há um mínimo de cultura produzida historicamente que o indivíduo precisa assimilar para poder viver e desempenhar seu papel social à altura de seu tempo e da sociedade em que está inserido; além do que, ser cidadão, e ser indivíduo, é algo que se aprende[...]. (PARO, 2001 p.43)

Ao gestor deste novo tempo, cabe a tarefa de atentar-se às novas necessidades que a escola apresenta, estando aberto e promovendo a participação da comunidade escolar nas decisões pedagógicas em todos os seus aspectos.

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA – EXIGÊNCIA DA SOCIEDADE ATUAL**

O avanço e a produção de novas tecnologias, o advento da globalização da economia e das comunicações; o fortalecimento de moedas internacionais; a efetivação de uma sociedade do conhecimento e da informação; o investimento na qualidade da educação escolar e na formação do homem, transformando-se em prioridades nacionais/mundiais cada vez mais valorizadas pelo discurso com o intuito, segundo esses, de efetivar um projeto de retomada da estabilidade econômica, são alguns questionamentos apontados como propulsores para a nova organização do trabalho escolar.

Esta lógica gera expectativas em vários segmentos da sociedade pelas quais passam a exigir reformas no ensino, que por sua vez, impõem novos horizontes para os sistemas de formação de professores, isto porque o trabalhador do século XXI, necessita ser formado para atender a exigência desta “nova” escola. Assim, se a sociedade capitalista tentar definir e ajustar com precisão quais conhecimentos, saberes, informações, os trabalhadores deste século devem ser portadores para se inserirem no mundo do trabalho, questiona-se então, em que medida este ajuste tem afetado as escolas e as políticas públicas educacionais do Brasil?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) em seus artigos 14 e 15, apresentam-se as seguintes determinações:

Art. 14 – Os sistemas de Ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (...)

Art. 15 – Os sistemas de Ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e da gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Nesta regulamentação está presente o princípio da autonomia, mas de forma vaga, não estabelece diretriz bem definida para delinear a gestão democrática, apenas aponta o lógico, a participação de todos os envolvidos. Nesse intervirmos, o caráter deliberativo da autonomia assume uma posição ainda articulada com o Estado.

Ao historicizar a escola, é possível compreender os processos das reformas, que em sua maioria traz implícito a característica de adaptar as mudanças que surgem na sociedade e naturalizar outras formas de poder e de racionalização técnica. Afinal, compreende-la como fenômeno histórico requer descobrir como se fundaram as bases da atual estrutura, as ações regulamentada politicamente, os limites definidos e as “verdades” nela tidas como determinantes.

Na atualidade um dos aspectos mais relevantes apresentados pelo debate pedagógico é a relação educacional com as estruturas sócio-produtivas da sociedade. Na história da humanidade tal relação determinou importantes aspectos do processo educativo. No período medieval e no mundo moderno, a despeito de suas diferenças históricas fatos semelhantes ocorreram, ou seja, mudanças na dinâmica produtiva e no seu *modus operandi* facilitaram o processo de expansão do capital fazendo surgir transformações no trato da educação e da construção do saber.

O processo de mudança epistemológica exige constante reflexão sobre o velho debate filosófico entre “aparência” e a realidade. Gadotti (1983) elucida este embate apresentando a concepção dialética como fundamento da Educação, enquanto filosofia da práxis. A constituição da prática de se pensar a prática na perspectiva de apreensão da totalidade, à medida que dialetizar a práxis é produzir a si mesmo, descobrindo limites e desmascarando o futuro.

É impossível pensar em debater sobre qualquer estrutura educativa sem antes não contextualizá-la no seu aspecto histórico e social, pois o processo de análise passa necessariamente pela maneira de como o homem em um dado contexto analisa sua realidade, seu mundo percebendo-se um ser produtor no seu tempo e no seu espaço, um transformador, objetivo da sua realidade que racionalmente analisa, modifica.

Os aspectos levantados são obstáculos reais ao processo de construção da “consciência crítica”, para Paulo Freire – consciência não dogmática, desmistificadora, efetivamente política, sem ela as mudanças acontecem apenas num processo “de cima para baixo”, acumulando-se a essência da autonomia.

Nesse modelo organizacional de gestão democrática escolar, ainda percebe-se o distanciamento entre o pedagógico e o administrativo, principalmente no que concerne a coordenação de um projeto pedagógico. Assim, sendo, perde-se o sentido de uma Lei de Gestão de Ensino Público que “concede autonomia” pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se diretor, professores, alunos, pais e demais envolvidos no processo desconhecem o significado político da autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual, mas principalmente coletiva.

Para refletir este conceito, Vieira (2002) indica a autonomia que não pode ser percebida como um objetivo por excelência, pois é ela que possibilitará ao sujeito “instruir”, criar suas próprias leis, deixando de viver sempre o “instituído” que lhe é estranho.

Paulo Freire (2001) cita “... o mundo não é. O mundo está sendo (...) Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente (...) Caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção) na realidade...”, portanto, ele retrata a razão emancipatória que possibilita a visão da totalidade.

A escola precisa da participação da comunidade como “usuária” consciente, co-responsável deste serviço, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas, é necessário romper com os muros da escola. O Projeto Pedagógico deve ter como desafio saber “lidar” com o conflito que favorece a diversidade numa trajetória construída coletivamente na tomada de decisões.

Nessa perspectiva, a autonomia apresenta-se como um norte a ser perseguido, no sentido de construir uma escola que esteja centrada numa postura democrática.

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.

Segundo Saviani:

[...]a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação do objetivo da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo[...] (SAVIANI; 1983,p.93)

As palavras “político e pedagógico”,tem assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”.

Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. É uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

Sob uma nova perspectiva, todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem precisam tecer coletivamente a construção de uma escola que atenda aos interesses das camadas populares, que seja aberta à participação, que acate e respeite outras opiniões, descentralizando assim o poder das decisões.

O Projeto Político Pedagógico, constitui-se em uma poderosa forma de construção da autonomia e da busca da qualidade do trabalho pedagógico, mas é importante ter claro que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola enquanto instituição social inserida na sociedade capitalista reflete as determinações e contradições dessa sociedade.

Segundo Paro (2001), a democracia não se dá espontaneamente, precisa ser criada pela prática política, ter seus valores intencionalmente apropriados pela educação, visto que ninguém nasce democrata ou com os requisitos culturais necessários para o exercício da democracia. Daí a importância da escola ter entre os objetivos da educação a formação para a democracia. Portanto, a realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática, quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostos a favorecer

relações democráticas. Esses são requisitos importantes para uma gestão escolar pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade; que possa concorrer tanto para a ética, quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade.

#### Segundo Vasconcellos

[...]o fato de a escola se envolver efetivamente com a mudança ( através de gestos concretos e não só de discursos genéricos ) cria uma pressão institucional para que a mudança dos vários sujeitos que dela participam, de tal forma que , mesmo aquele que ainda não de abriu , vai se dando conta progressivamente de que a mudança já está em curso , devendo , portanto , se informar e formar para tal [...] (VASCONCELLOS; 2002,p. 68).

O tempo para a reflexão e discussão coletiva e o estudo individual são condições fundamentais para que o processo de mudança possa se efetivar. Neste contexto, surge a participação da Instanciais Colegiadas, consideradas de grande representatividade da instituição, nas quais se evidencia a participação da comunidade escolar.

Essa participação se faz necessária para a concretização dos princípios de autonomia e gestão democrática da escola, pressupostos constantemente enfatizados pelas políticas atuais e também amparados e garantidos legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n 9394, de dezembro de 1996, que estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público , na forma desta Lei e das Legislações dos sistemas de ensino ( Art. 3,VIII) E no Art.15, define os princípios da gestão democrática.

A Constituição promulgada em 1988 é o principal fundamento da gestão democrática do ensino público, pois além de prevê-la expressamente no Artigo 206, institui a “democracia participativa” e possibilita o exercício “direto” do poder (Art.1), e o “regime de colaboração” entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios (Art. 211 ).

Além da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n 8069/90) incentiva a participação. Prevê expressamente o direito da criança e do adolescente à “liberdade de opinião e expressão” (Art.15 e 16), na tomada de decisão no que diz respeito à sua vida.

Segundo Freire (1996, p.93) “o educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações.”

Isso significa, acreditar no sonho de construir uma sociedade justa, humana. E a escola é o espaço e lugar, que tem que ter claro a sua intencionalidade em relação ao tipo de formação que oferece, e que tipo de cidadão deseja formar.

A escola deve abrir - se e trilhar novos rumos, nos quais seus envolvidos enquanto sujeitos históricos sintam-se co-responsáveis pela luta para a transformação desta, para uma escola democrática e menos excludente, menos classificatória. “È que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”. (FREIRE; p.91)

## **O CONSELHO DE CLASSE E SUA FUNÇÃO**

Segundo Dalben (2004, p.36) “a avaliação escolar apresentava-se na figura do aluno como portador de problemas que recaiam sobre a “falta de estudo”, a “falta de disciplina”, e a “falta de interesse” diante das atividades escolares. O Conselho de Classe é uma atividade em que a avaliação é constituída a partir das experiências vividas na sala de aula. A construção é feita através da oportunidade. O Conselho de Classe na perspectiva crítica deve rever métodos, uma vez que, os professores juntamente com a direção e equipe pedagógica refletem sobre os acontecimentos escolares e juntos analisam a atitude a ser tomada (DALBEN, 2004).

Neste sentido, para que tal atitude aconteça os professores, equipe pedagógica e direção, precisam entender que o ensino aprendizagem requer reflexão e troca de experiências, afim de que os professores desenvolvam o pensamento crítico. Esse pensamento é primordial para que o conselho de classe seja um espaço, onde se sintam livres para colocar-se, para expressar suas idéias e pontos de vista. Cada professor traz suas experiências e a de seus alunos, que são socialmente construídas e que passam a fazer parte do conselho de classe.

O Conselho de Classe deve desempenhar um papel no sentido de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola.

Quanto à função do Conselho de Classe, ainda sob a contribuição teórica de Dalben (2004, p.36), é registrado que “o papel político dos conselhos de classe era o de

reforçar e de legitimar os resultados dos alunos, como vereditos finais, já fornecidos pelos professores e registrados em seus diários”.

Assim, não se buscava, a partir de reflexões, compreender de maneira crítica e enriquecida as possibilidades de mudanças e inovações nas práticas avaliativas, provenientes de análise compartilhada que o conselho de classe deve proporcionar numa atuação articulada. Conhecer as origens do conselho de classe é fundamental, pois fornece bases para compreensão da orientação política inicial e os rumos dados até os dias atuais, nos possibilitando redimensionar o passado e construir novas práticas.

O estudo da origem dos conselhos de classe no Brasil (DALBEN; 1992) possibilita constatar que sua implantação advém da necessidade sentida pela comunidade escolar, supondo uma função de cunho essencialmente pedagógico, buscando auxiliar o processo avaliativo a partir da necessidade de maior conhecimento do aluno. Assim, os conselhos de classe, aglutinariam as diferentes análises e avaliações dos diversos profissionais, possibilitando análises globais do aluno em relação aos trabalhos desenvolvidos e a estruturação do trabalho pedagógico.

Nas pesquisas desenvolvidas por Dalben (1992), constatou-se que os Conselhos de Classe desenvolvem momentos de análise para verbalizarem notas e a avaliação escolar presos à medidas de rendimento, sendo o aluno o portador de problemas quanto a falta de estudos, falta de assiduidade e falta de interesse.

Assim, transcorria em uma relação individualizada e de isolamento profissional. Essa situação pode ser relacionada com a organização da escola, no contexto da implantação da Lei nº 5692/71, que estruturava o sistema educacional, num clima político pautado pelo autoritarismo, excluindo a participação de setores representativos da sociedade. Muitas ações ocorridas no conselho de classe buscavam controlar e racionalizar os nossos motivos e atos.

A ruptura da visão tradicional de ensino, que segregava os segmentos sociais, iniciou com a Lei Federal 9394/96. Em decorrência desta lei, todo conceito acerca do sistema educacional e suas organizações foi revisto, com base em princípios democráticos para nortear o desenvolvimento desse documento, que embora por ser Lei, precisa ser cumprida. No entanto, faz-se flexível para atender a realidade da

comunidade no que se refere aos interesses coletivos para melhoria do ensino, condizentes com a sociedade que entendemos como social – democrata.

Assim, cabe destacar a avaliação e os Conselhos de Classe apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394/96, no artigo 24, inciso V (Brasil, 1996), temos a seguinte orientação:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a- a avaliação contínua e acumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;

b- possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atrasos escolar;

c-possibilidade no avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizagem;

d- aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e- obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A avaliação sobre orientação da lei vigente sugere a importância do professor não atuar como único responsável pelo processo avaliativo, uma vez que este deve ser convergido para o Projeto Político Pedagógica, enfatizando juntamente o regimento escolar que não pode ser considerado com displicência.

Cabe, portanto ao gestor, equipe pedagógica e instâncias colegiadas trabalharem em conjunto com o docente, para que este possa atuar de maneira que suas avaliações correspondem a um modelo educacional democrática participativo.

A maioria das escolas não convida os alunos ou seus representantes para participarem do Conselho de Classe. Na verdade, muitos educadores e pais desconhecem a existência da legitimidade através da legislação e ou, se recusam fazer uso desse direito.

Segundo Vasconcellos (2003), a avaliação é uma ótima oportunidade para que os aprendizes coloquem em prática seus conhecimentos, defendam suas idéias, seus objetivos e seus saberes. É nesse momento de prática que afloram as dúvidas e as

inseguranças para que , de forma colaborativa, seja possível avançar para o conhecimento.

Nesse sentido, a avaliação escolar relaciona-se com a concepção de homem e de sociedade apresentada no Projeto Político Pedagógico da escola. Essa ação é a ideal, mas o que existe é uma distância entre o prescrito (o que foi planejado, o que está no Projeto Político Pedagógico e na lei) da atividade realizada.

É possível observar que existe uma contradição ao analisar as atividades propostas, as aulas e, principalmente, as enunciações dos professores e equipe pedagógica durante o conselho de classe.

De acordo com Vasconcellos:

[...] é justamente aqui que encontramos uma distorção: de modo geral, não se percebe a discrepância entre a proposta de educação e a prática efetiva. Em parte, isto ocorre em função de uma prática de planejamento meramente formal, levando a que os professores simplesmente “esqueçam” quais os objetivos propostos..Temos que superar esta contradição através da reflexão crítica e coletiva sobre a prática [...] (VASCONCELLOS;2005, p.56).

A abordagem até aqui atendeu ao propósito de fundamentação, a seguir apresenta, a realidade de quatro escolas pesquisadas, com enfoque da prática do Conselho de Classe no cotidiano escolar.

## **RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

No presente estudo procura-se analisar a prática do Conselho de Classe em quatro escolas da região Oeste do Paraná, públicas e privadas, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel. Pelo motivo ético da pesquisa, será divulgado o resultado fazendo-se uso da nomenclatura das referidas escolas como; Escola A, B, C e D. O público alvo da pesquisa são equipes pedagógica professores (entrevista), alunos, pais e demais órgãos colegiados, (técnica da observação).

A metodologia utilizada foi análise de produção bibliográfica sobre o tema e a abordagem qualitativa que oferece, em seus pressupostos, subsídios fundamentais que viabilizam o estudo dos fenômenos humanos. Na construção das informações foram utilizadas a observação participante, a análise de documentos e a entrevista. A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2008 e no primeiro semestre de 2009, onde foram observadas as reuniões do Conselho de Classe e as coordenações

coletivas semanais. Participaram das entrevistas professores, a equipe técnico-pedagógica (diretor, e coordenador pedagógico). Os documentos analisados foram: o Projeto Político-Pedagógico de cada escola e as Atas das reuniões do Conselho de Classe Participativo e do Pré-Conselho de Classe.

Pelo objeto da pesquisa e seu público, a forma de amostragem trabalhada, é de amostragem por conglomerados, que de acordo com MARCONI e LAKATOS (1996), é conceituada como uma unidade, onde se pode concentrar parte de uma população (escola), representativo da população.

A escola A, atende 1330 alunos, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuídos em 45 turmas. De forma geral, conta com um quadro de recursos humanos exclusivos e em número satisfatório para as necessidades desta realidade escolar. O trabalho pedagógico é desenvolvido de forma organizada, prevalecendo o conhecimento científico, como meta principal. A qualidade no atendimento a educandos, professores, alunos é visível. O sistema de avaliação é registrado trimestralmente na forma numérica, ocorrendo quatro provas por trimestre e quatro atividades, que são organizadas através de trabalhos em grupo e individuais, variando entre extra-classe e em sala, porém com peso máximo de dois pontos para essas atividades, ficando as provas com o peso oito.

A realização do Conselho de Classe, acontece a cada trimestre, onde todos os professores, equipe pedagógica e direção educacional se reúnem. Acontece em três momentos: 1- Professores, equipe pedagógica e direção educacional; 2- O conselho de classe com as turmas; 3-O trabalho com as famílias.

1- Cada professor traz parecer descritivo da turma, destacando os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem: que tipo de dificuldade; relação de alunos que apresentam comportamento inadequado em sala de aula. Cada turma tem um professor titular (regente) denominado pela direção pedagógica. Este tem duas aulas por semana a mais em sua carga horária, para atender a família dos alunos que apresentam alguma dificuldade ou outras situações que interferem negativamente na aprendizagem.

Estas situações são levantadas durante o Conselho de Classe e traçadas as ações, tendo como objetivo sanar as dificuldades encontradas.

2 - O conselho de classe com as turmas, verificando quais são as dificuldades existentes em sala de aula confrontando com as decisões tomadas pelo corpo docente e equipe pedagógica, expondo-se as ações determinadas para cada turma.

3 - Conselhos de Classe com os pais, com tempo determinado de duas horas para cada turma, onde é dialogado sobre a aprendizagem e feita a entrega de boletins por série, na qual todos os professores se fazem presentes

Em relação aos encaminhamentos, seja por aluno ou da turma em todas as etapas do Conselho de Classe, registra-se em ata.

Quanto a participação dos pais, percebe-se que acompanham o desenvolvimento dos filhos, um caso ou outro é que não há envolvimento da família. Fica expressa que esta participação é em torno de contribuir para que seu filho melhore em relação à aprendizagem e não como participação efetiva nas decisões da escola.

O que podemos destacar é que há um comprometimento por parte dos professores em cumprimento ao regimento e a Filosofia da escola, isto é, organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

É importante enfatizar o papel do professor titular, ao qual já é garantida na grade curricular duas horas a mais ,para ser utilizadas no trabalho com alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem em horários contra turno. Ao professor titular, caberá desenvolver projetos,representar os alunos nos conselhos de classe e auxiliar reuniões de pais.

A escola B atende aproximadamente 2000 alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, de, de acordo com as entrevistas com pedagogos, possui a filosofia e metas de conseguir que cada aluno alcance uma maior plenitude intelectual, moral, afetiva e espiritual, contando com suas capacidades e qualidades a serviço de Deus e do homem. Estimulam o interesse pelo conhecer científico, capacitando os alunos a distinguir entre o importante e o secundário, entre verdades e opiniões. Definem a escola como um lugar de encontro e de trabalho não apenas para os alunos, mas também para os pais, os professores e as pessoas que vivem no ambiente imediato ao colégio. Consideram os pais como os primeiros educadores de seus filhos e devem relacionar-se com os professores na escola para assegurar uma adequada cooperação. Verificando in loco, o quadro de profissionais é de número satisfatório, com formação e

permanentemente capacitadas para ministrar a educação integral, com o melhor uso possível do material didático e das modernas técnicas educacionais adotadas por esta escola, também são profissionais exclusivos.

O Conselho de Classe acontece bimestralmente, em quatro momentos distintos:

- 1 Cada professor realiza com os alunos a análise de todos os fatores que interferem positivamente ou negativamente na aprendizagem na sua disciplina, os alunos buscam soluções e apontam caminhos para superação.
- 2 O professor regente responsável pela turma, juntamente com a equipe pedagógica e com a turma discutem as questões apontadas pelos alunos, traçando metas, ações que a turma deverá desenvolver e dão sugestão para que sejam levadas aos demais professores.
- 3 O Conselho de Classe com todos os professores-equipe pedagógica realiza reflexões fundamentadas teoricamente; retoma o Conselho anterior (tudo é registrado em Livro Ata próprio) e analisa-se se foram concretizadas as metas estabelecidas, se deram bons resultados, o que ou quais não se efetivaram e por que, elaboram-se novas estratégias de acordo com as necessidades apresentadas em cada turma, onde todos assumem coletivamente o compromisso de efetivá-las.
- 4 Conselho de Classe com os pais é realizado aos sábados o dia todo, no “ginásio” um espaço que oferece condições de recepcioná-los de maneira agradável. Neste dia é realizadas apresentações (teatro, dança, música, oratória...) pelos alunos das diversas turmas. O professor regente de cada turma juntamente com três representantes dos alunos atende os pais.

Fica disponível aos pais uma Caixa de Sugestões, na qual depositam suas críticas, opiniões, contribuindo para a melhoria da escola como um todo.

Como a grande meta da escola é manter o aluno na escola e garantir sua aprovação, trinta dias antes do Conselho de Classe final, a equipe pedagógica reúne os professores e fazem o levantamento dos alunos que estão abaixo da média desejada. Novamente, convoca-se a família e fazem um trabalho de conscientização para que acompanhem seus filhos na realização dos trabalhos solicitados para que os mesmos obtenham sucesso positivo no fim do ano letivo. Além das atividades das disciplinas, é ofertado aos alunos outros trabalhos que

contribuam para o desenvolvimento da cidadania, os quais são de responsabilidade da equipe pedagógica, que elaboram e acompanham o desenvolvimento dos alunos. Caso algum aluno não realize as atividades propostas, é convocado os pais, onde é marcada a nova oportunidade para que seus filhos apresentem as atividades prontas.

Observa-se na fala dos entrevistados, que o conselho de classe vem acontecendo de maneira mais eficaz. Abrem-se espaços para que alunos, pais e professores, para que busquem soluções para os problemas vivenciados no cotidiano de sala de aula. Há sensibilização da comunidade escolar e sua participação é estimulada e valorizada.

A partir desses relatos, compreendemos que a implementação do Conselho de Classe Participativo, configura-se num processo de avaliação que vai além da quantificação do aprendizado do aluno. Acontece a avaliação da instituição (escola) como um todo. Serve como momento de interação entre os segmentos, além de elevar a auto estima dos professores, alunos, pais, através da valorização do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, torna-se válido destacar as palavras de Paro (1988), quando afirma que:

[...] numa administração democrática, não existem chefes colocados autoritariamente sobre os demais, visto que as responsabilidades administrativas foram atribuídas juntamente com a autoridade. Nesta nova situação, é importante que todos saibam os princípios e os métodos de uma administração, esta identificada com os interesses da classe trabalhadora. (PARO 1988, apud LIBÂNEO 2000, p.204)

O Conselho de Classe participativo constitui-se num momento propício para a tomada de decisões de forma democrática, sendo estas fundadas no reconhecimento do outro e nas suas diferenças.

A escola C atende cotidianamente cerca de 1800 alunos, distribuídos em Ensino Fundamental (5ª à 8ª séries) Ensino Médio, tem como eixos do trabalho pedagógico: assiduidade, participação da família, seriedade e compromisso com a escola. Dispõe de amplo espaço físico e bem organizado, como também de um número significativo de pedagogos. Ao entrevistar o público alvo da pesquisa, explicitaram tal e qual o expresso

no PPP e regimento interno, discurso com propriedade, bem fundamentado, claro e compatível com a pedagogia histórico crítica, bem como a preocupação em fazer o melhor. Considerando a avaliação como prática intrínseca ao processo ensino/aprendizagem, com função diagnóstica, onde há relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Referente ao sistema de avaliação são utilizados diversos instrumentos, com critérios bem definidos os quais são sempre discutidos e analisados em cada conselho de classe.

O Conselho de Classe é realizado bimestralmente em momentos distintos:

1- Pré-Conselho:

a) a equipe pedagógica com os alunos em sala analisa como um todo (aproveitamento dos alunos, metodologias utilizadas pelos professores, relacionamento professor- aluno, aluno- aluno,).

b) individual com os professores (análise das dificuldades que os alunos apresentam, metodologias utilizadas, tipos de trabalhos proporcionados para suprir as dificuldades dos alunos, instrumentos de avaliação)

c) individual com os alunos que apresentam baixo rendimento (diálogo no sentido de despertar o aluno para os estudos e compreender suas dificuldades)

2-Conselho de Classe com todos os professores e equipe pedagógica:

Apresentação e análise dos dados no pré-conselho, discussão e elaboração de ações como alternativa de superação dos problemas evidenciados, tais como; retomada dos conteúdos, diversificação das metodologias em sala de aula, instrumentos de avaliação.

3-Pós-Conselho;

Reunião com as turmas, para que tenham conhecimento das ações a serem desenvolvidas e despertar o compromisso dos alunos perante seus deveres de aluno para que tenham sucesso em relação a sua aprendizagem. Reunião com os pais para informação da situação escolar de seus filhos e entrega de boletins.

Apesar do Conselho de Classe ser uma oportunidade ímpar que seus envolvidos possuem com a aprendizagem, pois além da liberdade que cada um tem de expor sua opinião, ainda são encorajados pelos pares que ao longo da discussão vão apresentando argumentos para a soma do resultado ou a busca do melhor caminho, não podendo faltar o comprometimento nas tomadas de decisões.. Nem todos os professores realizam na íntegra as ações determinadas no conselho de classe, atitude que banaliza o ato avaliativo e atrapalha o sucesso pedagógico, principalmente a aprendizagem do aluno.

A Escola D conta hoje com 67 professores, 12 técnicos administrativos, 15 serviços gerais, 12 Equipe Pedagógica e 03 Diretores, para atender cerca de 2.000 alunos que estão distribuídos nos cursos de Ensino Fundamental, Ensino Médio Normal, Formação Docente, Proeja, Técnico Administrativo e o Celem Cursos de Línguas Estrangeiras.

O sistema avaliativo é considerado como um processo de auto conhecimento, não somente do aluno, mas dos professores, pais e demais segmentos que fazem parte direta e indiretamente do processo ensino aprendizagem, os quais encontram nesse espaço uma possibilidade de avaliar suas ações e buscar novas alternativas para a prática pedagógica.

Desta forma, cabe a todos os segmentos da comunidade escolar o desafio de transformar o processo avaliativo, elevando-o a uma dimensão mais ampla, que não envolve somente a avaliação do ensino, mas sim do contexto educacional como um todo, que vai desde o espaço da sala de aula até o trabalho da gestão escolar.

A realização do Conselho de Classe acontece em consonância com os objetivos da escola que é a formação do cidadão comprometido e atuante no processo ensino aprendizagem;

1-Pré – Conselho com os alunos em sala, levantamento dos pontos negativos e positivos em relação a metodologias utilizadas pelos professores, dificuldades que os alunos enfrentam, questões comportamentais que interferem negativamente na aprendizagem, sugestões dos alunos para melhoria das aulas;

2- Conselho de Classe com todos os professores, análise das propostas apresentadas pelos alunos, análise dos professores em relação ao perfil das turmas e elaboração de ações a serem desenvolvidas pelos professores e equipe pedagógica.

3- Devolutiva aos alunos das ações dos professores; discussão com os alunos para a efetivação das ações.

4- Reunião com os pais para informação referentes à situação de aprendizagem dos alunos.

A escola D trabalha com a avaliação semestral, numa perspectiva diagnóstica, objetivando superar a questão quantitativa (nota), resgatando o comprometimento do professor e do aluno com a aprendizagem dos conteúdos.

Por apresentar o caráter diagnóstico, a avaliação é um meio e não um fim em si mesmo, considerando: O domínio dos conteúdos essenciais e ou significativos de cada área e ou disciplina; A unidade do trabalho pedagógico em todos os seus níveis; a Proposta vigente no PPP do Colégio 2008; As condições de análise e tomada de decisão entre professores e alunos; A reorganização do currículo com adequação de conteúdos e metodologias de ensino; O respeito à individualidade do aluno, considerando seu processo específico de construção e apropriação do conhecimento; A prática pedagógica do professor; A avaliação no aspecto formativo fornece informação quanto ao domínio pelo aluno dos conhecimentos significativos, bem como a possibilidade de transformá-los e aplicá-los na sua prática social.

As aferições que são atribuídas à avaliação devem garantir os seguintes critérios: Os procedimentos devem evitar a comparação dos alunos entre si; Utilização de diferentes metodologias, técnicas e instrumentos avaliativos; Os instrumentos devem ter rigor científico quanto ao conteúdo, instruções e questões como dificuldades graduadas, valores pré-definidos e formas variadas, como:

- Provas escritas;
- Provas orais;
- Pesquisas;
- Trabalho em sala de aula;
- Tarefas;
- Apresentação de trabalhos;

- Desenvolvimento de projetos;
- Participação em atividades extras curriculares.

Acreditam que utilizando esta forma de avaliação, o professor desfrutará da liberdade em atribuir valores diferenciados a quaisquer e quantas avaliações desejar durante o semestre. O professor poderá realizar o número de avaliações que desejar ou necessitar e fará no final do semestre o percentual do número de pontos atingidos pelo aluno, sem se prender ao máximo (soma) ou dar a todos os mesmo valores (aritmética); Pensando a semestralidade, os resultados serão sempre parciais, até o fechamento do mesmo, podendo aumentar ou diminuir dependendo da participação contínua e permanente do aluno nas avaliações propostas e do acompanhamento docente.

Compreende-se que a avaliação só tem sentido se for acompanhada por uma mudança de atitudes, por uma concepção diferente do que seja, por parte do professor e dos alunos, a avaliação. Isto é, qual a sua função, o que é que se lhe deve pedir como devemos atuar em suma, quais são os seus reais objetivos, de outra forma os Conselhos de Classe não representam a produção participativa, cidadã e ética da educação de qualidade. É necessário também que a gestão garanta a participação da comunidade, a fim de que assumam o papel de co-responsáveis na construção de um projeto pedagógico que vise ensino de qualidade para a atual escola e para que isso aconteça é preciso instâncias atuantes, com conselhos não só consultivos como também deliberativos.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Segundo Dalben (2000, 2004), Hoffmann (1991, 1994), dentre outros, a avaliação é tida como elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem. Deve decorrer antes do trabalho pedagógico, numa mesma linha de pensamento, acompanhá-lo durante o desenvolvimento e fazer-se presente após sua conclusão, como recomenda a

LDB - 9394/96. Vemos que a avaliação assume papéis diferentes conforme o contexto em que está sendo utilizada, considerando o espaço temporal em que se lança mão deste instrumento.

Não precisa fazer um esforço reflexivo, para que se dimensione a prática avaliativa como um processo bastante complexo e não apenas como meio de mensurar o que o aluno aprendeu do conteúdo trabalhado até determinado momento, sem pensar antes no tripé que alicerça a educação. Por este motivo, o Conselho de Classe é, nesse contexto abordado, com a aceção que não pode ser apenas mais uma reunião com o objetivo único de decidir o futuro daqueles alunos que não atingiram a média que o professor considerou justo.

O Conselho de Classe deve assumir uma postura de responsabilidade frente às relações sociais, onde as intervenções devem ser planejadas, discutidas coletivamente, tendo como objetivo maior a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, sendo momentos de reflexão, análise, estudos, onde todos os envolvidos sintam-se comprometidos e desafiados a buscarem alternativas para as situações desafiadoras que a escola enfrenta todos os dias.

Destacando que o objetivo deste trabalho foi a busca de conhecimento em relação as prática do Conselho de Classe, sua função avaliativa e democrática, que está legalmente garantida pela LDB n 9394/96, que estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e das Legislações dos sistemas de ensino (Art3, VIII) e no Art. 15 que expressa a importância da participação da comunidade escolar nas decisões que a elas são de interesse, tendo em vista que o ato avaliativo ultrapassa a sala de aula.

Além da Constituição (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n 8069/90) incentiva a participação. Prevê à “liberdade de opinião e expressão” (Art.15 e 16), na tomada de decisão no que diz respeito a sua vida.

Segundo Freire (1996, p.93) “o educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações”.

Isso significa, acreditar no sonho de construir uma sociedade justa, humana e a escola é o espaço e lugar, que tem que ter claro a sua intencionalidade em relação ao tipo de formação que oferece e que tipo de cidadão deseja formar.

As práticas em relação ao Conselho de Classe até então realizadas, precisam ser superadas. O Conselho de Classe deve desempenhar um papel no sentido de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. Já não se admite um Conselho de Classe que reforce e legitime “fracassado”. Conhecer sua origem possibilita constatar que sua implementação advém da necessidade sentida pela comunidade escolar, supondo sua função essencialmente pedagógica, buscando auxiliar o processo avaliativo a partir da necessidade maior do conhecimento do aluno. Assim, os conselhos de classe, aglutinariam as diferentes análises e avaliações dos diversos profissionais, possibilitando análises globais do aluno em relação aos trabalhos desenvolvidos e a estruturação do trabalho pedagógico.

O Conselho de Classe numa perspectiva crítica deve rever métodos, uma vez que, os professores juntamente com a direção e equipe pedagógica refletem sobre os acontecimentos escolares e juntos analisam a atitude a ser tomada (DALBEN, 2004).

Através da Implementação do projeto na escola em que trabalho, no qual houve o envolvimento dos professores, equipe pedagógica, representantes dos alunos nos grupos de estudos, chega-se ao entendimento em relação ao conselho de classe;

- necessidade de dar continuidade a espaços para a comunidade participar;
- resgatar a real função do conselho de classe, enquanto momento avaliativo da escola como um todo;
- Superação das práticas ineficazes do conselho de classe;
- conceber e praticar o conselho como avaliação contínua valorizando os aspectos qualitativos e resultados no decorrer do processo ensino aprendizagem;
- conceber conselho de classe como momento de inclusão e não exclusão ou “condenação”;
- Momento do conselho de classe deve espelhar a concepção de homem e de sociedade apresentada no PPP da escola
- Conselho de classe como momento de avaliação de todo trabalho pedagógico.

Se almejarmos uma escola democrática e participativa, é justo que se abram espaços para que a comunidade escolar contribua com sua participação e envolvimento nas decisões, as quais devem contribuir para que o aluno possa desenvolver suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- BOYD, H. W. J.; WETFALL, R. Pesquisa mercadológica: texto e caso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- DALBEN, A. I. L. F. Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP, Papyrus, 2004.
- \_\_\_\_\_. Trabalho escolar e conselho de classe. Campinas, SP, Papyrus, 1992.
- FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, M. A formação do administrador da educação: Análise de Propostas. In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Porto Alegre, n. 2 Julho/ Dezembro. 1983
- HOFFMANN. J. M. L. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre, Mediação, 2005.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, R. P. A Organização do Trabalho como Fundamento da Administração escolar: Uma Contribuição ao debate sobre a Gestão Democrática da Escola. In: A Autonomia e a qualidade do Ensino na Escola Pública. São Paulo: Série Idéias, n. 16. 1993
- PARO, V. H. Gestão democrática da escola publica. São Paulo: Ática, 2001.
- \_\_\_\_\_. Escritos sobre educação. São Paulo/ Xamã, 2001.
- SAVIANI. D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores associados, 1987.
- \_\_\_\_\_. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. São Paulo, Autores associados, 1997.
- \_\_\_\_\_. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores associados, 1987.
- \_\_\_\_\_. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 9. Ed. Campinas, São Paulo: Autores e Associados, 2004. \_ (Coleção educação contemporânea.)
- VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.
- \_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças por uma práxis transformadora. São Paulo; Libertad, 2005.
- \_\_\_\_\_. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar 15 ed. São Paulo: libertad 2005.

TAYLOR, F. W. Princípios da Administração Científica. 7. Ed. 4. tiragem. São Paulo: Atlas, 1978.

